

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR-MG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, APLICADAS E EXATAS
SILVANE DE OLIVEIRA FRAZÃO

**AVALIAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE INFORMAÇÃO JURÍDICA NOS
CONGRESSOS BRASILEIROS DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
NO PERÍODO DE 2000 A 2007**

FORMIGA - MG

2008

SILVANE DE OLIVEIRA FRAZÃO

**AVALIAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE INFORMAÇÃO JURÍDICA NOS
CONGRESSOS BRASILEIROS DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
NO PERÍODO DE 2000 A 2007**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto de Ciências
Sociais Aplicadas e Exatas do UNIFOR-
MG, como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Biblioteconomia.
Orientadora: Prof^a Esp. Syrlei Maria
Ferreira
Co-orientadora: Prof^a Doutoranda Marina
Cajaíba

FORMIGA - MG

2008

SILVANE DE OLIVEIRA FRAZÃO

**AVALIAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE INFORMAÇÃO JURÍDICA NOS
CONGRESSOS BRASILEIROS DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
NO PERÍODO DE 2000 A 2007**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto de Ciências
Sociais Aplicadas e Exatas do UNIFOR-
MG, como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Prof^a Syrlei Maria Ferreira
Orientadora

Prof^a Marina Cajaíba
Co-orientadora

Prof^a Margarita Torres Fonseca
Examinadora

Formiga-MG, 03 de novembro de 2008

AGRADECIMENTOS

À Professora Syrlei Maria Ferreira, pela orientação, ensinamentos e incentivo a mim dispensados desde o início do meu trabalho.

À Professora Marina Cajaíba, pela orientação, contribuição e pelos conhecimentos compartilhados.

A vocês, orientadoras, pela paciência e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

À Professora Sônia Miranda, pela contribuição a mim disponibilizada.

A minha família, pelo apoio, companheirismo e incentivo.

A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

"As delicadas funções de um bibliotecário não se limitam a ordenar e classificar os tesouros confiados à sua guarda. Mas do que tudo é ele o auxiliar diligente dos estudiosos, o guia natural dos que fazem investigações de qualquer natureza [...]"

Ramis Galvão

RESUMO

Pesquisa bibliográfica acerca dos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação (CBBB), sobre biblioteca jurídica, no período de 2000 a 2007. Com as inovações tecnológicas e a globalização, a economia passa a centrar na informação, que adquire um valor imperceptível para a biblioteca jurídica. As organizações agregam à sua rotina o uso da tecnologia, garantindo a competitividade e sua sobrevivência no mercado. Assim, surge a necessidade da capacitação do bibliotecário frente às novas tendências, principalmente no que diz respeito à atualização constante das informações advindas de fontes específicas, como as informações dos congressos na área biblioteconômica. Assim, analisa a situação da biblioteca jurídica nos trabalhos apresentados no CBBB, para certificar se está realmente sendo expostos os assuntos pertinentes nos congressos. Pois, hoje há a necessidade de maior aprofundamento de estudos na área jurídica, por se tratar de uma área de grande relevância. Pretende-se com este trabalho mostrar como estão sendo os estudos na biblioteca jurídica, avaliando o CBBB, procurando identificar a partir de seus trabalhos apresentados, informações relativas à biblioteca jurídica. É importante que se propiciem estudos na área entre os profissionais da informação, para que haja uma troca de experiências e relatos sobre a função da biblioteca jurídica. Com este estudo, será possível conhecer uma área pouco comentada, mas ampla, que é a biblioteca jurídica e saber se a informação jurídica está sendo veiculada entre os canais de estudos da área.

Palavras-chave: Informação. Biblioteca jurídica. Bibliotecário jurídico. Serviços de informação jurídica.

ABSTRACT

Bibliographic research about the works presented in the Brazilian Congress of Library Science and Documentation (CBBB) on Legal Library, from 2000 to 2007. Within technological innovations and globalization, the economy begins to focus on information, which acquires an imperceptible value to the legal library. The organizations add the use of technology to their routine, ensuring the competitiveness and their survival in the market. Thus, the need for librarian training arises, following the new trends, especially with regard to the constant updating of information resulting from specific sources, such as information from Library Science Congress. Therefore, this work examines the legal library situation in the works presented in CBBB, to ensure the issue is actually being exposed in the Congress. For nowadays there is a need for further study in the legal field, as it is an area of great importance. This work intends to show how the legal studies have been accomplished in the legal library, assessing the CBBB, trying to identify, from their presented work, information regarding the legal library. It is important to provide studies among information professionals, so that there is an exchange of experiences and reports about the role of legal library. This study will make it possible to know a little discussed, though wide, area which is the legal library, and whether the legal information is being conveyed in the study channels of the area.

Keywords: Information. Legal Library. Legal librarian. Legal information services.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	BIBLIOTECA JURÍDICA	11
3	BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO.....	14
4	FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA.....	21
5	REFLEXÕES SOBRE A INFORMAÇÃO JURÍDICA.....	26
6	CONCLUSÃO.....	38
	REFERÊNCIAS.....	39
	GLOSSÁRIO.....	43
	ANEXO A – Mapeamento da produção intelectual brasileira sobre informação jurídica.....	46

1 INTRODUÇÃO

O avanço da tecnologia trouxe para a sociedade mudanças significativas no que diz respeito ao funcionamento das organizações. Devido às inovações tecnológicas e à globalização, o eixo central da economia passou a centrar-se na informação.

Com essa centralidade da informação, as organizações agregaram à sua rotina o uso da tecnologia, garantindo a competitividade e sua sobrevivência. De acordo com Pereira (2006, p. 20) “[...] a informação tornou-se o diferencial não só para manter as organizações como para auxiliar nas organizações das tarefas do dia-a-dia.”¹ Por isso, nas últimas décadas, está ocorrendo uma verdadeira explosão informacional, na qual a necessidade de rapidez e precisão de acesso, levaram ao desenvolvimento de novas tecnologias, bem como novas formas de produção, organização e disseminação das informações, como verificamos em Ramalho (1993 *apud* MACHADO, [200-?]).²

Com o crescimento das informações, surge a necessidade de profissionais capacitados para controlar esse volume informacional nas organizações. O bibliotecário tem um importante papel neste ambiente, pois é o profissional que melhor entende que a informação e o conhecimento são pontos primordiais a qualquer organização. No caso de bibliotecas jurídicas, a informação derivada de pesquisas doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais necessita mais do que um simples controle de informações, mas de profissionais qualificados, para que as informações estejam disponíveis para a tomada imediata de decisões. (PEREIRA, 2006, p. 20).

A atualização constante é uma das formas de acompanhar toda essa evolução informacional. Hoje, temos várias formas de nos mantermos atualizados, seja através de revistas, congressos, debates via internet, e muitas outras formas de atualização.

¹ PEREIRA, Mariland Pires. Biblioteca como recurso estratégico no escritório de advocacia. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 19-37, jul./dez. 2006.

² RAMALHO, Francisca Arruda. O uso das novas tecnologias em bibliotecas e serviços de informação. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 53-61, 1993.

Com esse trabalho, foi feita uma revisão de estudo nos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) sobre bibliotecas jurídicas.

Diante do exposto, questiona-se: A biblioteca jurídica está sendo tema de pesquisa no CBBDD?

Nos últimos tempos, com o avanço da tecnologia e com o crescente acúmulo de informações, houve a necessidade de maior aprofundamento no estudo na área jurídica, por se tratar de uma área de grande relevância. A informação é ponto primordial em qualquer biblioteca jurídica, e para isso deve ser disponibilizada adequadamente aos usuários. Assim, deve-se contribuir para o estudo e disseminação de informações relevantes à área jurídica.

Por isso, pretende-se com este trabalho mostrar como estão sendo os estudos na biblioteca jurídica, avaliando os CBBDDs, procurando identificar a partir de seus trabalhos apresentados, informações relativas à biblioteca jurídica.

O estudo apresenta as seguintes metas a serem alcançadas:

- a) obter um panorama dos temas publicados na área jurídica;
- b) identificar as tendências temáticas apresentadas nos trabalhos relativos à área jurídica.

Uma unidade de informação não existe de forma isolada, ela está inserida em um determinado contexto. A informação jurídica é vasta nos aspectos relacionados à busca, à recuperação de informações e se faz necessária aos olhos dos profissionais que nela atuam.

Não basta somente disponibilizar as informações, é preciso que elas estejam organizadas, atualizadas e acessíveis em tempo hábil, facilitando a análise e reduzindo as incertezas do usuário.

Nesse contexto, o bibliotecário jurídico desempenha um papel importante, como agente facilitador do processo de recuperação da informação mediante a explosão informacional, alcançando assim a qualidade e produtividade na biblioteca jurídica.

É importante que se propiciem estudos na área entre os profissionais da informação, para que haja uma troca de experiências e relatos sobre a função da biblioteca jurídica.

Com este estudo, foi possível conhecer uma área pouco comentada, mas ampla, que é a biblioteca jurídica e saber como é sua dinâmica em relação aos

serviços oferecidos pelo bibliotecário jurídico e se a informação jurídica está sendo veiculada entre os canais de estudos da área.

Este trabalho tem o intuito de contribuir com a biblioteca jurídica, no que diz respeito à necessidade e importância da disponibilização de estudos e avaliação de serviços, em conjunto a outros profissionais da área.

A metodologia refere-se ao estudo dos métodos. São as etapas a serem seguidas num processo de pesquisa. A Metodologia é a explicação minuciosa, detalhada e exata de toda ação desenvolvida no método do trabalho de pesquisa. Enfim, é a explicação do tipo de pesquisa que será utilizado na investigação científica. Podemos definir método como o “[...] caminho para se chegar a determinado fim.” (GIL, 1999, p. 26).³ Ele se constitui de passos a serem seguidos para tornar possível o conhecimento de uma realidade, para se atingir um determinado objetivo de pesquisa. A pesquisa é um processo de construção do conhecimento.

Neste contexto, este trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica, levantando os principais itens a serem abordados para o tema do trabalho, descrevendo o percurso metodológico estruturado para a obtenção dos dados que viabilizaram alcançar respostas para as questões da pesquisa.

O motivo para escolha deste tema é elencar, entre os trabalhos apresentados nos CBBDs, subsídios para uma reflexão acerca do que se discute e se apresenta sobre as ações desenvolvidas nas unidades de informação especializadas na área jurídica.

³ GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

2 BIBLIOTECA JURÍDICA

No mundo atual, a sociedade é marcada pelo fluxo constante e elevado de informações, criando um ambiente favorável para a produção de novos conhecimentos e avanços tecnológicos, onde a informação tem cada dia mais relevância no cenário das decisões de qualquer natureza.

A informação sempre desempenhou importante papel na vida humana, e hoje ninguém vive sem informação. De acordo com Machado (2000), hoje a informação é poder, podendo transformar-se em progresso ou estagnação, conforme seja utilizada e como seja direcionada.⁴

A informação é fonte de conhecimento que todos procuram deter nas mãos, pois ela é base fundamental de progresso. Se não houver estruturas adequadas que a aproveitem, que a coordenem, ela não terá serventia para o usuário que dela precisa.

Ela é vista como o conhecimento transferido para atingir um objetivo. Conhecimento é a forma mais valiosa e mais difícil de gerenciar. A informação por si só não tem significado, seu conteúdo precisa ser adequadamente ordenado, transmitido e assimilado pelos usuários. De acordo com Figueiredo (1994 *apud* BARROS, 2003) “[...] a informação, para ser realmente importante e de valor para os usuários, tem que ser pertinente às necessidades dos usuários quando dela necessitam.”⁵

Assim, como em qualquer biblioteca, na biblioteca jurídica, a informação deve ser apropriada, concreta e exata, além de precisar ser disponibilizada com rapidez e precisão. A biblioteca especializada é destinada a fornecer informações detalhadas sobre assuntos de campo muito restrito. Elas constituem em nossos dias, peças essenciais do mecanismo de difusão da informação científica. De acordo com Ashworth (1981, p. 1) “[...] biblioteca especializada significa uma biblioteca

⁴ MACHADO, Maria Teresa Ferlini. Relacionamento biblioteca/usuário: fator relevante no processo de disseminação da informação jurídica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19, 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ARB, 2000.

⁵ FIGUEIREDO, Nice M. **Tópicos modernos em ciência da informação**. Lorena: Centro Cultural Teresa D'Ávila, 1994. 146 p.

quase exclusivamente dedicada a publicações sobre um assunto ou sobre um grupo de assuntos em particular.”⁶

As bibliotecas especializadas em direito existem para dar suporte às necessidades de seus usuários. Elas são fundamentais para a tomada de decisões com confiabilidade, constituindo-se no subsídio estratégico à ação jurídica. As bibliotecas mais comuns em direito são as bibliotecas de escritórios de advocacia, bibliotecas jurídicas universitárias e bibliotecas de órgãos governamentais.

Os usuários da informação jurídica, mais comuns, segundo Passos, ([200-?]) são “[...] advogados, magistrados, juristas e pesquisadores, legisladores, funcionários de cartórios, tribunais e cursos jurídicos, professores, estudantes e a comunidade em geral.”⁷

No atendimento ao usuário, o bibliotecário muitas vezes tem que orientá-lo e auxiliá-lo. Conforme constatamos em Passos, ([200-?]), o usuário pede ajuda para:

- a) poupar tempo - "as atribuições da vida moderna significam pouca disponibilidade de tempo para buscas mais minuciosas de informação, que às vezes representam uma considerável carga de trabalho" (Alonso, 1998). Advogados que cobram por hora não têm tempo para realizar suas próprias pesquisas;
- b) não incorrer erros - a revogação implícita, no corpus legislativo brasileiro, que utiliza apenas a expressão Revogam-se as disposições em contrário, deixa atônito qualquer um que tente identificar quais normas estão em vigor;
- c) obter pesquisas mais amplas - as pesquisas feitas por bibliotecários são mais acuradas devido a seu conhecimento de variadas fontes, sendo assim a qualidade da pesquisa é maior, e os bibliotecários podem sugerir ângulos ou pontos de vista não imaginados pelo usuário.

Nas bibliotecas jurídicas, a organização se destina mais a prover informações sobre assuntos específicos, restritos, do que publicações gerais. A informação tem que ser rapidamente fornecida, pois, se destina a auxiliar um trabalho em curso e, deverá também, ser a mais atualizada possível, apropriada e exata.

A biblioteca deve estar apoiada em fontes de informação adequadas e suficientes, e com pessoal capaz de selecionar importantes fontes de documentação apropriadas aos usuários. Ashworth (1981, p. 39) comenta:

⁶ ASHWORTH, Wilfred. **Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos.**

Tradução de Maria Fernanda de Brito. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. 707 p.

⁷ PASSOS, Edilenice. **Bibliotecário jurídico: seu perfil, seu papel.** Disponível em:

<<http://www.infolegis.com.br/perfilbibjuridico.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2008.

[...] que a biblioteca se encontre bem equipada com os auxiliares bibliográficos essenciais, obras de referência e anuários, e que se estabeleçam boas relações com fontes de informação exteriores, quer independentemente quer através de planos de cooperação.

Na biblioteca jurídica, podemos encontrar fontes de informação como: livros, folhetos, textos, materiais audiovisuais, revistas técnicas, dicionários e enciclopédias, coletâneas de legislação estadual e federal, jornais oficiais e noticiosos, recortes de jornais, teses e dissertações, entre outros materiais.

Para uma biblioteca, não basta guardar um tesouro; é preciso desenhar o seu mapa e torná-lo disponível a todos. Afinal, uma das missões da biblioteca é mostrar os caminhos para a informação que dispõe em suas prateleiras e bancos de dados. (SENADO FEDERAL, [200-?]).⁸

Assim, a biblioteca jurídica torna-se um diferencial competitivo para a área do Direito, pois tem seu foco na busca e disseminação da informação jurídica, auxiliando o usuário na sua pesquisa.

⁸ SENADO FEDERAL. **Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/default.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

3 BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO

Hoje, vivemos em uma sociedade que produz cada vez mais informação e que percebe a necessidade de utilizar a produção intelectual gerada. Frente às novas tecnologias que surgem a cada dia e, com isso, o aumento das exigências pelos usuários dessas inovações, depara-se com um profissional que precisa atender exigências que requerem qualidade e muita agilidade na prestação de serviço. O bibliotecário precisa estar envolvido com o usuário, precisa estar qualificado para essas novas exigências, como vemos em Silva (2005, p. 9):

Ter conhecimento dos mecanismos virtuais de busca da informação existentes atualmente tornou-se tão natural quanto saber a localização de um livro na estante de uma Biblioteca. Seja atuando no tratamento da informação que o próprio usuário irá pesquisar, ou mesmo no direcionamento do caminho para suas pesquisas, o Bibliotecário necessita compreender as necessidades que o usuário apresenta e ainda prever as conexões necessárias para orientá-lo na busca de outras fontes.⁹

Assim, podemos dizer que o bibliotecário jurídico é o profissional que facilita o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente. Percebe-se que o bibliotecário, devido à sua formação específica, é o profissional especialista que possui habilidades para lidar com a informação. Loureiro (2005) complementa que “[...] sua formação acadêmica o credencia para organizar massas documentais, habilitando-o com as técnicas de tratamento da informação geral e/ou específica.”¹⁰

De acordo com a *American Association of Law Libraries* (AALL, 2001 *apud* PASSOS, 2001), os bibliotecários jurídicos são:

- a) atentos às fontes de informação indiferente ao seu suporte;
- b) astutos juízes das vantagens e desvantagens de várias fontes de informação;
- c) capazes de organizar a informação para que possa ser localizada e utilizada independentemente do seu suporte;
- d) especialistas no uso de fontes jurídicas ou não.¹¹

Hoje, existem diversas formas de mídia impressa e eletrônica. Assim, as ligações entre os suportes informacionais tornam-se tão necessários quanto os

⁹ SILVA, Fabiano Couto Corrêa de. **Bibliotecários especialistas**: guia de especialidade e recursos informacionais. Brasília, DF: Thesaurus, 2005. 264 p.

¹⁰ LOUREIRO, Regina Célia Campagnoli. **A especialidade do bibliotecário jurídico**: bases para uma interação com o usuário operador do direito. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/loureiro-especialidade.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2008.

¹¹ AMERICAN ASSOCIATION OF LAW LIBRARIES. **Competences of law librarianship**. Chicago: AALL, 2001.

esforços do bibliotecário para interligar as fontes de pesquisa. Ele deve estar preparado para usar todas as mídias disponíveis e utilizar caminhos para aperfeiçoar a pesquisa.

O Bibliotecário deve ser o intermediário entre as ferramentas para o acesso ao conhecimento existente em centros de informação, pois toda vez que faz catálogos, classifica e distribui o acervo, o Bibliotecário está gerenciando conhecimentos, amplificando o acesso e agregando valor. A ordenação das informações, bem como a elaboração de resumos é uma forma eficaz de diminuição do tempo para se chegar à obra, encurtando caminhos e fazendo atalhos, e isso enriquece a obra e o acesso à informação, dando-lhe maior exposição. (SILVA, 2005, p. 10).

A profissão do bibliotecário é uma das carreiras que mais tem sofrido transformações, devido à aplicação de novas tecnologias no seu trabalho. O uso difundido da tecnologia a serviço da informação transpõe barreiras físicas e institucionais. Os bibliotecários, conforme Silva (2005, p. 10),

[...] não estão mais limitados as atividades de uma biblioteca. Deixaram de ser passivos, guardiões de livros, para ganharem o mérito e a glória de se tornarem grandes formadores de leitores em qualquer ambiente informacional e através de diferentes recursos tecnológicos e técnicas inerentes ao bibliotecário [...]

O bibliotecário hoje tem de ser capaz de fazer as mudanças acontecerem e tornar-se indispensável através da disseminação da informação em todos os níveis e em todos os locais de sua atuação, transformando a unidade de informação em um ambiente dinâmico e em constante evolução. Ele precisa conhecer a unidade de informação que trabalha a fundo, pois só assim irá desempenhar um trabalho eficiente e poderá oferecer aos seus usuários um serviço de qualidade. Isto significa a capacidade que irá utilizar através de suas potencialidades, garantindo resultados eficazes através da aplicação de idéias e capacidade de análise por meios direcionados.

O bibliotecário jurídico deve atender a todos seus usuários com prazer e tenacidade. Para Ashworth (1981, p. 11):

O bibliotecário de uma biblioteca desse gênero não pode limitar-se a aguardar consultas por parte dos que se utilizem dos seus serviços: deve notificá-los da existência de fontes de informação sobre os assuntos que lhes interessam mesmo que, para tanto, tenha de publicar um boletim com referências às publicações correntes; e as seleções de novo material a que proceda devem antecipar-se aos pedidos dos leitores, informando-os, por meio de listas de aquisições, sobre as possibilidades da sua utilização.

O trabalho do bibliotecário está sendo cada vez mais destacado nas atividades que exerce, unindo sua capacitação técnica ao entendimento de que trabalha essencialmente para as pessoas, e é para elas que o seu trabalho deve ser

dirigido. Deve-se utilizar das tecnologias e explorá-las ao máximo, em benefício do usuário, suprimindo, assim, suas necessidades.

A utilização da internet como instrumento de trabalho usado pelo bibliotecário, deixou de ser apenas uma necessidade, para tornar-se obrigatória àqueles que entenderam a importância de trabalhar conectados com diferentes formas de pensar, variadas fontes de informação e como contribuintes na ação coletiva dos profissionais da informação em fazer aquilo que é o maior atributo do seu trabalho: disseminar a informação. (SILVA, 2005, p. 11).

Com o crescimento informacional, principalmente a informação jurídica que dispõe de bibliografia extensa, com um fluxo constante e elevado de informações, é necessário o conhecimento de técnicas para organizar e gerenciar de maneira prática e eficaz todos os documentos, facilitando a pesquisa e uso dos usuários da área jurídica, que é um dos pontos primordiais no serviço do bibliotecário jurídico. Para Silva (2005, p. 23),

Diariamente ocorre uma grande produção de informação nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os quais elaboram e editam um emaranhado de leis, decretos, instruções, medidas provisórias, emendas constitucionais, súmulas e jurisprudências, gerando um acúmulo de informações muito grande. Para completar este turbilhão de informações geradas pelos órgãos competentes, ainda existe a legislação estrangeira, que indica as soluções encontradas por outros países para problemas semelhantes aos nossos, e que servem como suporte aos legisladores brasileiros.

Assim, o bibliotecário jurídico, deve ser o mediador entre a informação e o usuário, pois, informar é a sua função básica e deve sempre estar atento às fontes de informação para suprir a demanda existente.

Para trabalhar na área jurídica, o Bibliotecário necessita estar atento à sua área de atuação, buscando sempre novos conhecimentos que agreguem valor ao exercício de suas competências através de uma educação continuada no exercício de sua profissão, devendo saber onde encontrar informações jurídicas que atendam às necessidades dos usuários da unidade de informação onde trabalha e definindo os mecanismos de busca mais adequados e atualizados [...] (SILVA, 2005, p. 24).

O bibliotecário jurídico tem como função social compreender seus usuários, devendo definir estratégias condizentes com a unidade informacional e implantar, quando necessário, níveis operacionais de serviços, para tornar a biblioteca capaz de suprir a necessidade informacional do usuário jurídico. Conforme Barros (2003, p.31), podemos citar como papel do bibliotecário:

O de informar e educar para o uso da informação e para o desenvolvimento, embora agora envolvam novos contextos, novos públicos, novas composições de acervo, novas formas de acesso à

informação, novas demandas, novas maneiras de atuar, que, em contrapartida, exigiriam um novo perfil profissional.¹²

Ele pode trabalhar em diversos tipos de unidades de informação, gerenciando o acervo e estabelecendo conexões para outras fontes. As suas competências podem variar de acordo com seu local de trabalho ou mesmo com relação à sua especialização. Segundo Passos ([200-?]), “[...] as competências são o conhecimento, a perícia, as aptidões, e as características pessoais que ajudam a diferenciar o profissional altamente qualificado [...]”

O *Professional Development Committee* aprovou em março de 2001 um documento que relaciona as competências básicas e especializadas do bibliotecário jurídico. Como vimos em Passos ([200-?]), as competências básicas aplicam-se a todos os bibliotecários e deverão ser adquiridas no início de suas carreiras, são elas:

- a) demonstrar forte compromisso com a excelência do serviço ao cliente;
- b) reconhecer a diversidade dos clientes e da comunidade;
- c) entender e apoiar a cultura e o contexto da biblioteca e das instituições similares;
- d) demonstrar conhecimento do sistema legal e da profissão jurídica;
- e) demonstrar conhecimento da teoria da Ciência da Informação e do ciclo documentário;
- f) exibir habilidades de liderança, incluindo pensamento crítico, tomada de risco, independente de sua posição na estrutura administrativa;
- g) demonstrar compromisso com o trabalho em grupo para alcançar objetivos comuns;
- h) agir dentro da organização para implementar os princípios do conhecimento administrativo;
- i) exibir compreensão da importância da multidisciplinaridade dos programas e projetos dentro da organização;
- j) dispor de habilidades de comunicação e ser capaz de promover a biblioteca e defender suas necessidades;
- k) reconhecer o valor da rede profissional e participar ativamente das associações profissionais;
- l) perseguir ativamente o desenvolvimento pessoal e profissional através da educação continuada.

¹² BARROS, Maria Helena Toledo Costa de. **Disseminação da informação**. Marília: [s. n.], 2003. 108 p.

As competências especializadas referem-se às áreas específicas da prática profissional: administração de bibliotecas; referência, pesquisa e usuários; tecnologia da informação; desenvolvimento e manutenção da coleção e, ensino. Um bibliotecário pode ter competências multi-facetadas numa área ou ainda numa sub-área.

Competências na referência, pesquisa e usuários, conforme Passos ([200-?]):

- a) prover serviços personalizados e experimentes de referência sobre tópicos jurídicos e também em tópicos não-jurídicos relevantes;
- b) avaliar a qualidade, autenticidade, acuracidade e o custo das fontes eletrônicas tradicionais, e mostrar a importância delas para o cliente;
- c) auxiliar o cliente com as pesquisas jurídicas, utilizando tanto os recursos impressos quanto eletrônicos;
- d) auxiliar aqueles que não são advogados no acesso às leis dentro das diretrizes da *American Bar Association's Model Code of Professional Conduct* e outros códigos aplicáveis;
- e) agregar conteúdo a partir de uma grande variedade de recursos e sintetizar a informação para criar produtos personalizados para o cliente;
- f) criar ferramentas de pesquisa e bibliográficos em Direito e tópicos correlatos;
- g) monitorar as tendências em áreas específicas do Direito.

Alvin Podboy (2000 *apud* PASSOS, [200-?]) enumerou quatro características que definem o profissional nos dias de hoje:

- a) onipresente: o bibliotecário jurídico tem de ser ubíquo, estar disponível em todos os lugares ao mesmo tempo, 24 horas por dia, sete dias por semana. Isso não significa estar disponível pessoalmente, mas os instrumentos que criamos precisam estar sempre disponíveis (catálogos de bibliotecas, sites na Internet). A biblioteca jurídica moderna não pode estar confinada no tempo e no espaço. Mas também não significa minimizar o valor da coleção impressa. Ao contrário, significa expandi-la. O bibliotecário moderno precisa sentir-se confortável nos dois mundos;
- b) inovador: os bibliotecários precisam olhar a tecnologia disponível hoje e determinar como será usada no futuro. Inovação significa olhar de maneira diferente algo que existe. Os bibliotecários fizeram isso quando melhoraram seus catálogos e redes;
- c) tradicional / moderno: os bibliotecários jurídicos devem conhecer o novo e o velho. Usamos uma variedade de recursos e eliminamos os recursos desnecessários. Nós somos o *ying* e o *yang* da informação;
- d) camaleão: a princípio pode não parecer um elogio. O profissional moderno precisa ser inconstante, no sentido de mudar e mudar rápido. Os bibliotecários não podem ficar paralisados pela perfeição. Devem assumir os riscos e os erros.¹³

O bibliotecário jurídico precisa saber lidar com seus usuários, que muitas vezes não tem tempo e/ou disponibilidade para buscar a informação que necessita,

¹³ PODBOY, Alvin. React or die: librarians must innovate to survive. Disponível em: <http://www.lawtechnews.com/july00/library_administration_p34.html>. Acesso em: 16 nov. 2001.

e até mesmo para não ter erros na sua busca. Ele precisa aperfeiçoar sua formação instrumental para facilitar seu desempenho ao lidar com as fontes tradicionais de informação e com as novas tecnologias. Sua grande habilidade é saber decidir adequadamente quando usar uma ou outra.

[...] Na verdade, o bibliotecário estaria fazendo o mesmo serviço que historicamente sempre desenvolveu, mas apenas utilizando outro instrumento. Antes sua função era apenas selecionar livros e periódicos que deveriam incorporar ao acervo. Agora seleciona também os *sites* ou páginas na Internet que trariam informações atualizadas e confiáveis de interesse para seus usuários. É muito comum nos *sites* de universidades a seleção e indicação de outros sites que facilitam o acesso à informação jurídica estrangeira por país ou por assunto, *sites* de organismos internacionais, sites de periódicos eletrônicos, entre outros. (PASSOS, [200-?])

Ainda, cabe ressaltar, segundo Castro (2000 *apud* BARROS, 2003, p. 35) que o profissional da informação deve:

- a) facilitar o uso da informação;
- b) navegar por sistemas do conhecimento e fontes de informação;
- c) consultar e assessorar sobre problemas de informação;
- d) gerir eficientemente os sistemas de informação;
- e) transformar os dados e os fluxos de informação entre sistemas;
- f) aliar os aspectos sociais e culturais;
- g) educar usuários;
- h) prover recursos para a alfabetização informativa.¹⁴

Os bibliotecários auxiliam o usuário no que ele necessita, dando suporte na busca da informação, e executam além das tarefas corriqueiras da biblioteca, as tarefas de disseminação, compilação, análise e elaboração da informação, tornando-a pública, propagando e divulgando o conhecimento a cada tipo de usuário.

Assim, podemos observar que no caso de público especializado, aqui tratando-se a área do direito, o usuário requer um tratamento diferenciado, como alvo da disseminação da informação implementada em bibliotecas/unidades especializadas. Vinculamos o ato de disseminar ao sentido de canalizar informações, evitando perdas e desvios em relação ao usuário-receptor, considerando-o dentro de um perfil específico.

Como vemos em Barros (2003, p. 62), na relação com a área especializada, podemos citar vários serviços oferecidos na biblioteca aos usuários:

¹⁴ CASTRO, César Augusto. Profissional da informação: perfis e atitudes desejadas. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 142-156, jan./jun. 2000.

- a) serviço referencial;
- b) respostas a questões;
- c) fornecimento de cópias;
- d) comutação;
- e) acesso a base de dados estrangeiras;
- f) atendimento a consultas técnicas;
- g) indexação de periódicos relevantes;
- h) circulação de periódicos especializados.

Como produtos informacionais, foram citados:

- a) traduções de textos (artigos);
- b) *currents* – sumários correntes;
- c) listas de novas aquisições;
- d) informações sistematizadas sobre competidores, gerais e por áreas específicas;
- e) levantamentos bibliográficos e documentais;
- f) publicação de resumos;
- g) publicações de bibliografias;
- h) publicações de fontes de pesquisas específicas;
- i) bases de dados próprias;
- j) boletins tecnológicos;
- k) compilações críticas;
- l) boletins sobre patentes;
- m) notícias tecnológicas;
- n) banco de bibliografias;
- o) guias de fontes de informação;
- p) diretórios diversos.

É fundamental que o usuário e a satisfação de suas necessidades se constituam no objetivo primordial da biblioteca jurídica, bem como se desenvolva a consciência da importância de um trabalho em conjunto entre bibliotecário e usuário, alicerçado em um diálogo efetivo e aberto entre ambas as partes, afinal, o bibliotecário jurídico é o elo de ligação entre a informação e o usuário.

4 FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA

A cada dia que passa, a documentação jurídica tem se tornado objeto de maior atenção. A área jurídica é vasta nos aspectos relacionados à busca, a recuperação de informações e se faz necessária, seja aos olhos de advogados, magistrados, estudantes e tantos outros profissionais que nela atuam.

Para que a informação atenda a seus objetivos reais na biblioteca jurídica, a documentação jurídica deverá ser apoiada em elementos de pesquisa baseados em documentos atualizados, conduzidos por um bibliotecário.

Entendemos por documentação jurídica,

A reunião, análise e indexação da doutrina, legislação (leis, decretos, decretos-leis, atos, resoluções, portarias, projetos de leis ou de decretos legislativos ou de resoluções legislativas, ordens internas, circulares, exposições de motivos, etc.), da jurisprudência (acórdãos, pareceres, recursos, decisões, etc.) e de todos os documentos oficiais relativos a atos normativos ou administrativos. (ATIENZA, 1979, p. 19).¹⁵

Os instrumentos da documentação jurídica, a par da compreensão do mecanismo jurídico-legal da Nação, são coletâneas de textos de disposições legais, índices e ementários da legislação ou jurisprudência.

O panorama da informação jurídica atual tem sofrido muitas inovações. O Direito relaciona-se com todas as áreas da vida humana, sendo de caráter interdisciplinar. A informação jurídica pode ser vista sob variadas formas, mas é basicamente gerada, registrada e recuperada sob três formas, conforme Atienza (1979, p. 25-60):

- a) legislação: corresponde ao conjunto de atos normativos emanados de autoridade competente. Hierarquia dos atos da ordem legislativa em geral,
 - quanto à importância do ato: Constituição Federal, Emenda Constitucional, Lei Complementar, Lei ou Decreto-lei, Decreto Executivo, Resolução, Regulamento, Regimento, Circular da Presidência da República, Circular, Portaria, Ordem de Serviço, entre outros;

¹⁵ ATIENZA, Cecilia Andreotti. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. 266 p.

- quanto à origem do ato: ato da ordem legislativa federal, ato da ordem legislativa estadual, ato da ordem legislativa municipal;
 - quanto à natureza do ato: Lei básica, Lei ordinária, Atos executórios normativos;
 - quanto ao caráter do ato: Lei geral, Lei especial;
 - quanto à forma de apresentação: o direito escrito sobre o consuetudinário;
- b) jurisprudência: é o conjunto uniforme e constante das decisões judiciais sobre casos semelhantes. É um trabalho interpretativo do texto legal, indispensável quando ocorrem lacunas na lei a ser aplicada ao caso concreto. Inclui os seguintes tipos de documentos básicos:
- acórdão;
 - agravo;
 - apelação;
 - decisão judicial;
 - embargo;
 - parecer;
 - recurso (extraordinário, administrativo e de revista);
- c) doutrina: consiste na teorização do conhecimento jurídico, feita por especialistas da área e expressa em publicações monográficas ou seriadas.

Cabe ainda ressaltar as noções sobre disposições legais, mostrando uma apresentação esquemática da organização brasileira, nos âmbitos federal, estadual e municipal, com os órgãos componentes de cada poder e os atos por eles expedidos, conforme Atienza (1979, p. 65-66):

- a) poder constituinte: foi exercido pelas quatro assembleias ou congressos constituintes de nossa história, e seu trabalho resultou em três constituições;
- b) poder legislativo: na área federal, exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe do Senado Federal e Câmara dos Deputados. Na área estadual exercido pela Assembleia Legislativa e na área municipal, pela Câmara Municipal. São atos do Congresso Nacional: emendas constitucionais, decretos legislativos, resoluções do Congresso

Nacional, leis federais, leis complementares, leis delegadas e demais atos internos na Câmara dos Deputados e do Senado Federal. São atos das Assembléias Legislativa: leis estaduais, decretos legislativos, resoluções legislativas. Das Câmaras Municipais: as leis municipais, decretos legislativos e resoluções legislativas e demais atos internos;

- c) poder executivo: na área federal exercido pela Presidência da República e órgãos auxiliares. Na área estadual, exercido pelo Governador do Estado e órgãos auxiliares. Na área municipal, exercido pelo Prefeito do Município e órgãos auxiliares. Os atos assinados pelo Presidente da República e/ou Conselho de Ministros, pelo Governador do Estado e pelo Prefeito de Município são os decretos. Os atos assinados pelos responsáveis dos órgãos auxiliares têm denominações diversas: portarias, resoluções, instruções, ordens de serviço, etc;
- d) poder judiciário: exercido pelos diversos tribunais federais, estaduais e regionais e pelos juízes federais e estaduais. Os atos dos tribunais têm o nome de acórdãos, decisões, sentenças, pareceres, etc.

A informação jurídica se difere de outros tipos de informação por seu aspecto da longevidade. A informação não deixa de ser usada, ela envelhece, mas ainda tem a capacidade para ser usada. Como é mostrado por Passos (1994, p. 364):

[...] ao contrário de outras ciências, em que as informações se tornam ultrapassadas e obsoletas, quando substituídas por outras mais atuais, o texto jurídico é eterno a nível de consulta, de referência e de precedente e também a nível de aplicação a fatos e situações ocorridas em épocas regidas por institutos legais distintos. Logo, nada pode ser destruído e o armazenamento é constante, contínuo e permanente.¹⁶

O fato de a informação jurídica não ser usada por um tempo, não significa que a informação não tenha valor ou utilidade ou que não seja eficaz. Como podemos ver no caso do Código Civil Brasileiro que foi aprovado em 1988 e ainda continua em vigor.

¹⁶PASSOS, Edilenice. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994.

Na área do direito, podemos observar o grande número de documentos que é publicado anualmente, a produção de informação assume grandes proporções.

Apesar dessa massa monumental de informação jurídica brasileira, necessitamos, ainda, conhecer a literatura jurídica estrangeira porque a importância do texto jurídico doutrinário extravasa as fronteiras do país de origem, podendo tornar-se fonte de referência e base de argumentação comparativa em polêmicas de interpretação. (PASSOS, 1994, p. 364).

Existem mecanismos de controle e recuperação da informação jurídica contida nos documentos. Para Passos (1994, p. 364), os instrumentos utilizados para o controle podem ser catálogos de livros, de teses, de legislação, de jurisprudência, bibliografias, coletâneas de legislação e jurisprudência ou bases de dados que possibilitam o armazenamento e recuperação da informação.

A documentação jurídica tem se tornado objeto de maior atenção, seja por parte dos usuários, seja por parte dos bibliotecários, em suas atividades de organização e de disseminação da informação.

A eficiência do bibliotecário de documentação jurídica depende de seu conhecimento do mecanismo legal do país, de sua destreza no manejo dos índices ementários impressos de legislação e jurisprudência, da exatidão a atualidade dos índices e fichários elaborados pelo seu próprio serviço e de sua habilidade na interpretação dos pedidos e solicitações dos consulentes. (ATIENZA, 1979, p. 20).

Uma unidade de informação jurídica sempre está inserida num suporte documental; possui uma variedade de meios de informações, não sendo somente um documento, mas pode ser uma pequena parte do documento, um documento específico ou um conjunto de vários documentos, como por exemplo, as leis, os artigos, os incisos e uma determinada legislação, que vão fazer parte de uma informação maior.

A unidade não existe de forma isolada, ela está inserida em um determinado contexto e se relaciona com outras unidades de informação. A informação da área do Direito possui um alto grau de relacionamento, que se apresenta de diversas formas e em distintos níveis de abstração. Conforme Lima (2006, p. 178), “[...] considerando as fontes clássicas do Direito (norma jurídica, jurisprudência e doutrina), podemos facilmente identificar alguns tipos de

relacionamentos. Por exemplo, ao se promulgar uma nova norma jurídica, ela se insere em um ordenamento jurídico já existente, alterando-o [...]”¹⁷

No ordenamento jurídico brasileiro, há uma abundante produção de informação jurídica, começando pela proliferação de atos normativos, de hierarquia superior e inferior, passando pela jurisprudência e a doutrina.

Acrescente ainda a esse quadro as normas jurídicas dos Estados e do Distrito Federal. Some também toda a legislação de hierarquia inferior. E não poderia ser esquecida a legislação estrangeira, que muitas vezes é utilizada como ponto de partida para os legisladores brasileiros, porque indicam as soluções já encontradas por outros países para problemas semelhantes aos nossos.

São comuns as notícias nos jornais sobre o excesso de ações nos tribunais brasileiros. Sem falar nos incontáveis livros publicados anualmente. A jurisprudência e a doutrina de outros países são, muitas vezes, necessárias, para encontrar soluções para os problemas nacionais.

Existe, ainda, uma imensa disponibilidade de títulos de publicações periódicas voltadas para a área de Direito como um todo ou para um de seus ramos específicos, por meio das quais seria possível acompanhar as contribuições teóricas e doutrinárias pertinentes.

Dessa forma, é fundamental que a biblioteca jurídica conheça as fontes de informações e documentos gerados na área jurídica, para sua devida recuperação e acompanhamento, traduzindo em uma maior capacitação da biblioteca.

¹⁷ LIMA, João Alberto de Oliveira. A importância dos relacionamentos entre unidades de informação no tratamento da informação jurídica. **Alfabetização digital e acesso ao conhecimento**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Departamento da Ciência da Informação e Documentação, v. 4, p. 177-197, 2006.

5 REFLEXÕES SOBRE A INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Biblioteconomia Jurídica é o campo da Biblioteconomia aplicado à ciência do Direito. Essa especialização utiliza as técnicas da Biblioteconomia para facilitar o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente.

A área tem se desenvolvido substancialmente nos últimos anos e tem sido sistematicamente publicada em revistas de Biblioteconomia e Documentação, anais de congresso, seminários e publicações avulsas.

Existem várias publicações e estudos sobre a biblioteca jurídica e suas atribuições, como podemos ver no Anexo A, no mapeamento feito da produção intelectual brasileira sobre informação jurídica, que vão desde trabalhos publicados em congressos até publicações avulsas, comprovando assim, o suporte informacional da biblioteca jurídica.

Acompanhando as inovações tecnológicas e a explosão informacional, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), desde sua criação, sempre se preocupou em propiciar à classe bibliotecária e à sociedade brasileira um veículo de comunicação e divulgação da área, publicando boletins informativos, jornais, revistas, como a Revista de Biblioteconomia e Documentação (RBBDD) e promovendo vários eventos de cunho informacional. (FEBAB, [200-?]).¹⁸

A FEBAB foi fundada em 1959, sendo uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo. É constituída por entidades-membro - associações e sindicatos de bibliotecários e cientistas da informação, instituições filiadas e pelos órgãos:

- a) deliberativos - Assembléia Geral e Conselho Diretor;
- b) executivo – Diretoria Executiva;
- c) de fiscalização – Conselho Fiscal;
- d) de assessoria – Comissões Brasileiras e Assessorias Especiais.

Desde seu nascimento, a FEBAB tem como principal missão defender e incentivar o desenvolvimento da profissão de bibliotecário. Tem como objetivos:

¹⁸ FEDERAÇÃO Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

- a) congregar as entidades para tornarem-se membros e instituições filiadas;
- b) coordenar e desenvolver atividades que promovam as bibliotecas e seus profissionais;
- c) apoiar as atividades de seus filiados e dos profissionais associados;
- d) atuar como centro de documentação, memória e informação das atividades de biblioteconomia, ciência da informação e áreas correlatas brasileiras;
- e) interagir com as instituições internacionais da área de informação;
- f) desenvolver e apoiar projetos na área, visando o aprimoramento das bibliotecas e dos profissionais;
- g) contribuir para a criação e desenvolvimento dos trabalhos das comissões e grupos de áreas especializadas de biblioteconomia e ciência da informação.

O Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD) é um dos eventos mais importantes realizados pela FEBAB. O primeiro congresso aconteceu em Recife, em 1954, como promoção da Prefeitura Municipal do Recife e, certamente, o envolvimento dos profissionais com sua realização e os resultados positivos obtidos impulsionaram o movimento associativo brasileiro, de modo que a FEBAB assumiu a promoção dos congressos seguintes, realizando-os de dois em dois anos, em parceria com associações filiadas.

O CBBBD é um grande evento científico dessa área e representa um acontecimento de significância para os bibliotecários e para todos os interessados no desenvolvimento da informação. Já foram promovidos vários congressos até hoje, como se vê no quadro seguinte:

Quadro 1
Relação dos congressos promovidos pela FEBAB de 1954 até 2007

CBBB's	LOCAL	DATA
1º CBBB		
- Situação atual do leitor brasileiro e Ensino Profissional - Processos Técnicos - Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Infantis e de Escolas Primárias - Bibliotecas Especializadas - Bibliografias, Associações Bibliotecárias e Legislação profissional	Recife - PE	18 de julho de 1954
2º CBBB		
- Relações entre Editores, Livreiros e Bibliotecários - Edifícios de Bibliotecas, Cooperação entre Bibliotecários e Arquitetos	Salvador - BA	1959
3º CBBB		
- Processos Técnicos - Ensino de Biblioteconomia e Documentação - Profissão de Bibliotecário- Documentalista - Bibliografia e Documentação: Bibliotecas Especializadas - Relações Públicas e Intercâmbio - Tipos de Bibliotecas - Movimento Associativo de Classe	Curitiba - PR	8 a 15 de janeiro de 1961
4º CBBB		
- A Educação através da Biblioteca	Fortaleza – CE	7 a 14 de julho de 1963
5º CBBB		
- A Biblioteca como Fator de Progresso	São Paulo – SP	8 a 5 de janeiro de 1967
6º CBBB		
- Atividades Profissionais - Planejamento e Instalação	Belo Horizonte – MG	4 a 10 de julho de 1971
7º CBBB		
- Sistema Nacional de Informações Científicas e Tecnológicas	Belém - PA	29 de julho a 4 de agosto de 1973
8º CBBB		
- Responsabilidade Social das Bibliotecas no plano setorial da educação	Brasília - DF	20 a 25 de julho de 1975
9º CBBB		
- Integração do Sistema de Informação no Desenvolvimento Nacional - Educação Bibliotecária - Movimento Associativo	Porto Alegre – RS	3 a 8 de julho de 1977
10º CBBB		
- Biblioteconomia Brasileira: avaliação crítica e perspectivas	Curitiba - PR	22 a 27 de julho de 1979
11º CBBB		
- Biblioteca e Educação Permanente	João Pessoa – PB	17 a 22 de janeiro de 1982
12º CBBB		
- Informação e Desenvolvimento Nacional - Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia - O Homem, o Desenvolvimento	Camboriú – SC	23 a 29 de outubro de 1983

13º CBBB		
- Informação no séc. XXI: lacunas presentes e perspectivas - Informação em uma Sociedade Democrática - Influência da problemática econômica no hábito de leitura do indivíduo - A Questão Profissional: a Biblioteconomia e a interface com outras Profissões	Vitória - ES	14 a 19 de julho de 1985
14º CBBB		
- Biblioteca e Democratização da Informação	Recife- PE	20 a 25 de setembro de 1987
15º CBBB		
- Gerenciamento da Informação	Rio de Janeiro - RJ	27 de agosto a 1º de setembro de 1989
16º CBBB		
- Biblioteca e Desenvolvimento Econômico e Social	Salvador - BA	22 a 27 de setembro de 1991
17º CBBB		
- Transferência de Informações no Limiar do Ano 2000	Belo Horizonte - MG	10 a 15 de abril de 1994
18º CBBB		
- Os Cenários da Biblioteconomia em Face da Globalização da Informação	São Luís – MA	20 a 25 de julho de 1997
19º CBBB		
- Informação para a Cidadania e o Profissional da Informação do Novo Milênio	Porto Alegre – RS	24 a 30 de setembro de 2000
20º CBBB		
- Dimensão Humana, Política e Econômica da Informação	Fortaleza – CE	23 a 28 de junho de 2002
21º CBBB		
- Livro, Leitura e Biblioteca: Exercício da Cidadania	Curitiba - PR	17 a 22 de julho de 2005
22º CBBB		
- Igualdade e diversidade no acesso à informação: da Biblioteca Tradicional à Biblioteca Digital	Brasília, DF	08 a 11 de Julho de 2007

Fonte: FEBAB, [200-?].

O CBBB consolidou-se no cenário nacional, como um evento profissional, constituindo-se em um espaço privilegiado para a apresentação de experiências, práticas e difusão da produção técnico-científica relativa a bibliotecas, unidades de informação, ensino e pesquisa, criando condições para o aprimoramento e aperfeiçoamento profissional e, também, oportunidades para o conagraçamento e atualização dos profissionais da área.

Sua importância se deve ao fato de ser o evento que congrega e reúne para análise e discussão, temas que são de interesse a todos os profissionais cuja atuação se dá em bibliotecas universitárias, públicas, escolares, especializadas, comunitárias, especiais, nacional, digitais, virtuais e na academia, além das instituições representativas da classe. Essa análise geral é complementada pelos eventos técnicos realizados em cada uma das áreas de atuação específicas, a

exemplo do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Encontro de Informação Jurídica, Seminário de Bibliotecas digitais, entre outros.

Todos os congressos foram de real importância para os bibliotecários, para sua atualização. Podemos ver todos os temas abordados pelos congressos, no relatório da FEBAB ([200-?]),

Analisando os anais dos congressos que antecederam a este, observa-se que todos os aspectos relacionados à profissão foram contemplados, desde aqueles voltados à formação profissional, às atividades de ensino e pesquisa, ao ciclo documental e bibliográfico, à organização da classe, ao movimento associativo e sua representação tanto pelas associações, conselhos e sindicatos profissionais quanto pelas associações de pesquisa. Observa-se também, que os temas dos congressos refletiram sempre a realidade econômica, política, cultural, educacional e social do país, reflexo da competência, zelo e atenção das referidas comissões organizadoras. As discussões iniciais nos congressos, pelos profissionais reunidos no 1º CBBB privilegiaram os seguintes assuntos: o leitor, objeto de existência das bibliotecas, a formação do bibliotecário, os processos técnicos e as características dos diversos tipos de bibliotecas. Desta forma, iniciam-se as discussões que durante os últimos 53 anos conduziram os bibliotecários. Questões sempre presentes nos congressos foram a formação profissional e processos técnicos. Observa-se que cada década apresenta novos temas para análise e discussão. Ainda na década de 50 (cinquenta) os congressos proporcionaram reflexão e análise da atuação, competência e compromisso do bibliotecário na acessibilidade e difusão da informação, ao tratar das relações entre bibliotecários, editores e livreiro. Já no 2º CBBB iniciam-se as discussões sobre a organização da categoria profissional em movimento associativo, que teve seu momento de auge na década de 80, após o que, observa-se o desinteresse do próprio bibliotecário para com o movimento associativo como organização social e a timidez com que o tema foi tratado nos congressos a partir da metade da década de 90 (noventa). A década de 60 (sessenta) alerta os profissionais reunidos em congresso, para a importância das bibliotecas no processo educacional brasileiro e insere as discussões sobre o comportamento ético e o intercâmbio entre bibliotecas. Importante observar que no final desta década era introduzido na agenda de discussões, os conceitos de “informação científica” e “ciência da informação”. Na década de 70 (setenta) a sociedade presenciava o tão falado milagre econômico brasileiro e os temas centrais dos congressos estiveram voltados para a relação das bibliotecas com o desenvolvimento econômico e social, o compromisso social das bibliotecas, o enfoque sistêmico, as tentativas de implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). Surgem os centros de documentação, e afirmam-se os sistemas de informação especializados, como o sistema de informação agrícola, sistema de informação em transportes e a Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras, vinculada à ABDF, e criada como resultado das recomendações do VIII CBBB realizado em Brasília. Vimos chegar a democracia brasileira com a queda do regime militar na segunda metade da década de 80 (oitenta) e mais uma vez, a categoria profissional acompanha os passos da sociedade brasileira discutindo, em seus congressos, a informação numa sociedade democrática, a biblioteca como instrumento de educação permanente, a informação e desenvolvimento nacional, cultura, comunicação, ciência e tecnologia, a informação no século 21, informação em uma sociedade democrática, influência da problemática econômica no hábito de leitura, a questão profissional, a biblioteconomia e a interface com outras profissões, biblioteca e democratização da informação e o gerenciamento da informação. Dando

continuidade ao processo de modernização e uso das tecnologias de informação que se desenhava no dia a dia do cidadão, a pauta dos congressos da década de 90 (noventa) privilegiou a informação e novamente o desenvolvimento econômico e social, as questões de transferência de informações no limiar do ano 2000 e os cenários da biblioteconomia em face da globalização da informação. O século 21 inicia trazendo discussões sobre temas importantes e constantes da agenda nacional, como o exercício da cidadania, a melhoria da qualidade de vida, onde a informação para a cidadania e o profissional da informação do novo milênio e a dimensão humana, política e econômica da informação, preencheram a agenda das discussões profissionais. Finalmente, no momento em que vivemos a centralidade da informação onde esta se constitui em elemento central e nuclear para a sociedade contemporânea, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) fazem parte do dia a dia do cidadão e os temas sociedade da informação e do conhecimento fazem parte da agenda nacional, a proposta para a área temática do XXII CBBBD revela o estado da arte das pesquisas e do desenvolvimento de produtos e serviços relacionados com os sistemas de informação, documentação e redes de bibliotecas no Brasil, no contexto da sociedade da informação e do conhecimento.

Assim, vemos a importância dos CBBBDs para a formação e para a atualização dos profissionais da informação. Neste trabalho, iremos focar os CBBBDs de 2000 a 2007, no que tange à informação jurídica, realçando o nosso contexto, verificando as discussões mais recentes na área.

No 19º CBBBD, que foi realizado no ano de 2000, pode-se identificar seis trabalhos acerca da área jurídica.

O primeiro intitulado *Análise patológica como outra fase do Benchmarking: aplicação na área jurídica*, de Andréa Fontoura da Silva, visa analisar o Serviço de Documentação do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região/TRT 4ª Região, através de uma análise patológica, através de entrevistas feitas nas bibliotecas dos tribunais da Região Sul do país, para encontrar processos que não sirvam de exemplo para o Serviço de Documentação em questão. A organização patológica é aquela que não leva em consideração as necessidades do usuário, tendo uma postura conservadora. Enquanto o *Benchmarking* é o processo que trata do foco externo (do usuário) para se obter a melhoria contínua. Mostra, então, os padrões a serem seguidos pela biblioteca e quais devem ser reestruturados.

No segundo trabalho, com o título *A informação jurídica como instrumento para o exercício da cidadania*, de Alaôr Messias Marques Júnior, Ana Lúcia Neves Pimenta e Rinaldo de Moura Faria, mostra a importância do acesso à informação aos cidadãos e como é o serviço feito no Centro de Atendimento ao Cidadão da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e o serviço de disseminação de informações através da Internet. Ressalta o trabalho desenvolvido pelo centro, no

sentido do resgate, organização e disponibilização de informações de caráter histórico, relativas à memória política tanto da própria instituição quanto do Estado de Minas Gerais como um todo. Essas informações são coletadas, organizadas, disponibilizadas e disseminadas aos usuários internos e externos à Assembléia, suprimindo as demandas de informação e contribuindo para a construção de uma cidadania verdadeira.

No terceiro trabalho, *Projeto de organização e automação da coleção de obras raras da Biblioteca da Faculdade de Direito – UFMG*, de Maria de Lourdes Arouca Baeta, Maria Elisa Americano do Sul Barcelos e Maria Luiza Utsch Buccini, descreve o acervo, sua localização e o acondicionamento de obras raras da biblioteca da faculdade de direito da UFMG, mostrando o quanto é necessário para a instituição, a solução destes problemas para melhoria do acesso de usuários à biblioteca, e instalado um sistema automatizado ficará melhor viabilizado a busca dos assuntos pelo usuários, dando maior suporte às atividades de ensino e pesquisa.

No quarto trabalho apresentado, *Relacionamento biblioteca/usuário: fator relevante no processo de disseminação da informação jurídica*, de Maria Teresa Ferlini Machado, mostra a relevância da informação para a sociedade, apontando a importância do bibliotecário jurídico e de sua relação com o usuário, principalmente na biblioteca universitária. Mas a realidade mostra que as bibliotecas, devido a inúmeros fatores, principalmente, a falta de apoio das instituições, não contribuem para o estabelecimento da cidadania. Assim o relacionamento biblioteca X usuário é importante para o desenvolvimento do diálogo e da busca de objetivos comuns para a solução dos problemas enfrentados, para que sejam solucionados ou pelo menos, amenizados.

No quinto trabalho, *Informação jurídica: valor agregado: o quê, por quem e para quem*, de Adriana Godoy da Silveira Sarmiento, Alpina Gonzaga Martins Rosa e Regina de Marco Ferreira, mostra-se a relevância da informação jurídica sob o ponto de vista do valor agregado, nos Tribunais da Região Sul e a omissão dos bibliotecários, os quais não contribuem para a propagação exata da informação. Observa que não existe um formato único para informação, que o melhor é a adequação dos formatos às necessidades e possibilidades de cada local, buscando uma melhoria contínua dos serviços e das tecnologias de informação disponíveis.

No sexto trabalho, *Uso de meios eletrônicos em bibliotecas jurídicas: comparação entre bibliotecas acadêmicas e comerciais*, de Rosemeire de Fátima Ferreira Pinheiro Costa, faz uma comparação dos serviços de informação oferecidos pelas bibliotecas das faculdades de Direito e pelos escritórios de advocacia, no município de São Paulo, analisando a utilização de meios eletrônicos na recuperação da informação jurídica. Questiona se o profissional da informação está acompanhando o desenvolvimento tecnológico da área, organizando e disseminando serviços de informação com qualidade, e utilizando todas as tecnologias disponíveis. Mostra que os escritórios estão mais preparados e utilizando mais as ferramentas tecnológicas do que as bibliotecas universitárias.

Nesse congresso, podemos notar que a discussão em torno do tema biblioteca jurídica, é ampla, enfatizando a informação como um ponto central, mostrando como deve ser a qualidade dos serviços na biblioteca jurídica.

No 20^a CBBB, que foi realizado em 2002, pode-se identificar três trabalhos acerca da área jurídica.

No primeiro, *Da biblioteca das arcadas ao SBD Online: o impacto da demanda de usuários por e-mail numa biblioteca jurídica tradicional*, de Maria Lucia Beffa e Luciana Maria Napoleone, que mostra o estudo da demanda de informação por *e-mail* recebida pelo Serviço de Atendimento ao Usuário do Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Direito da USP, objetivando traçar o perfil da demanda de informação por *e-mail*, através dos aspectos usuário, solicitação e resposta, de modo a construir parâmetros de realização e avaliação de serviços oferecidos. Mostra que a biblioteca não consegue efetivar todos os pedidos recebidos, e que o serviço de atendimento ainda tem que se aperfeiçoar.

No segundo, *As novas formas de mediação disponíveis pelos sítios dos tribunais de justiça estaduais: produtos e serviços de informação jurídica em rede: estudo de caso do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão*, de Aldinar Martins Bottentuit, que objetiva identificar os tipos de informação institucional, serviços e produtos disponíveis em rede eletrônica pelo sítio do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais de Justiça Estaduais, com vistas a possibilitar uma comparação com o do TJMA. Pretende contribuir para a compreensão das novas práticas na prestação de serviços em rede na área jurídica, a partir da realidade do TJMA, mas agregando as contribuições de outros tribunais estaduais. Esse estudo não buscou avaliar o conteúdo das páginas *on line* a partir de critérios e recomendações ergonômicas ou

fazer um estudo das necessidades e interesses dos consumidores da informação jurídica em ambiente de rede eletrônica e virtual. Contudo, tais estudos são necessários pela rapidez com que os tribunais superiores, os regionais e estaduais, entre outras instituições de natureza jurídica, estão disponibilizando serviços e produtos para a população.

No terceiro trabalho, *Caracterização das fontes documentais utilizadas pelos autores dos periódicos oficiais, publicados na 4ª Região da Justiça do Trabalho: acesso e excesso de informações*, de Regina de Marco Ferreira, visa caracterizar as fontes referenciais de direito mais utilizadas pelos magistrados da 4ª Região da Justiça do Trabalho, e de identificar quais os autores mais citados e quais os critérios no que diz respeito ao referencial documental utilizado pelos autores. Esta identificação servirá para qualificar o core documental utilizado para desenvolvimento da linguagem documental adotada no Serviço de Documentação. Os dados irão permitir aprofundamentos maiores quanto ao uso dos recursos documentais por parte dos juízes da 4ª Região, através do relacionamento das variáveis, permitindo o conhecimento cada vez maior do usuário.

Nesse congresso, podemos ver a importância de estudos na área jurídica, principalmente com relação à área tecnológica, que foi analisada de várias formas, no tema serviço informatizado.

No 21º congresso, realizado em 2005, pode-se identificar dois trabalhos acerca da área jurídica.

O primeiro trabalho, com o título *O portal de legislação do poder judiciário brasileiro*, de Cristian José Oliveira Santos, mostra o Consórcio BDJur, que é a Biblioteca Digital Jurídica, que objetiva a integração em um único portal os mais importantes repositórios de informação digital jurídica do Poder Judiciário Brasileiro, permitindo ao usuário realizar pesquisas unificadas em todos estes fundos documentais e acessar os documentos na íntegra, colaborando para a disseminação dos documentos jurídicos eletrônicos de interesse para o Superior Tribunal de Justiça e demais órgãos do Poder Judiciário, contribuindo para a democratização e acessibilidade da informação jurídica, comungando com a política de livre acesso ao conhecimento. O Portal de Legislação, pretende reunir numa mesma base eletrônica todos os atos normativos produzidos pelos órgãos do Poder Judiciário, de modo a otimizar recursos, unificar a pesquisa e padronizar os formatos de alimentação e visualização dos documentos.

O segundo trabalho, *Avaliação da utilização dos periódicos em direito editados em cd-rom e impressos*, de Maria Creuza de Sales, faz a análise da coleção de periódicos em Direito produzida em CD-ROM, disponível na Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 22^a Região, de 2000 a 2002, especificamente, os pontos alusivos aos CD-ROMs: ferramentas, formato de apresentação, conteúdo e capacidade interativa, mostrando os pontos negativos e positivos de cada revista, e verificando a facilidade de uso para o usuário.

Nesse congresso, podemos ver a importância de estudos na área jurídica, principalmente com relação à disponibilização ao usuário de ferramentas de apoio que o ajudarão na busca da informação.

No 22^o congresso, realizado em 2007, pode-se identificar sete trabalhos acerca da área jurídica

O primeiro trabalho, *Biblioteca do Magistrado Escritor: Justiça, Estudo e Memória – um relato de experiência*, de Gracy Martins e Cláudia Amorim Ponce, apresenta a experiência da reunião e seleção do material do acervo da Biblioteca do Magistrado Escritor, que conta com a produção intelectual dos Magistrados Escritores do TJPE, buscando cumprir a missão da biblioteca em coletar, selecionar e disseminar, não só a memória, mas as contribuições sociais advindas das observações e registros dos magistrados pernambucanos.

O segundo, *Entre os mecanismos mediadores e a mediação humana nos sítios do poder judiciário*, de Aldinar Martins Bottentuit, mostra a discussão acerca do processo de mediação na acessibilidade aos sítios jurídicos. A presença das tecnologias de informação nos Tribunais de Justiça sinaliza para um conjunto de medidas que deveriam possibilitar uma maior aproximação do Poder Judiciário com o cidadão, numa perspectiva de atender, via democracia eletrônica, aos princípios de transparência e do direito à informação, que se viabilizam pelo acesso à informação pública. Nesse sentido, evidencia-se que as instituições jurídicas têm disponibilizado um conjunto de mecanismos de mediação automatizada, no entanto, cabe ressaltar a necessidade da presença humana nas bibliotecas, nos lugares de conexão, para atender e orientar aqueles que não conhecem as estratégias de busca e pesquisa aos saberes jurídicos disponíveis em ambiente digital.

O terceiro, *O Serviço de Disseminação Seletiva da Informação (DSI) no Superior Tribunal de Justiça*, de José Ronaldo Vieira e Najla Bastos de Melo, que apresenta o Serviço de Disseminação Seletiva da Informação (DSI) implementado

na Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça, destacando a importância desse serviço como meio eficiente de divulgação da informação jurídica, e proporcionando a participação efetiva do usuário no processo informacional.

O quarto trabalho, *Projeto REDIJT - Rede de documentação e informação da Justiça do Trabalho*, coordenado por Flávio Kretzer, objetivando incluir no Portal da Justiça do Trabalho, um serviço de consulta ao acervo de todas as bibliotecas da Justiça do Trabalho, como item integrante e fundamental para o conceito de Portal do Conhecimento a ser implementado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O quinto trabalho, *Endomarketing: um diferencial na postura administrativa na Biblioteca Osias Nacre do Tribunal de Justiça da Paraíba*, de Jesiel Ferreira Gomes e Kleber Trajano de Sousa, objetivando o uso do *endomarketing* na biblioteca Osias Nacre, para caracterizar o perfil do funcionário e identificar o conhecimento sobre o *endomarketing* na instituição, analisando as possibilidades de sua aplicação. Espera-se que os colaboradores da biblioteca possam dispor de uma ferramenta capaz de auxiliar na sua motivação e melhorias no relacionamento entre eles e a diretoria responsável por sua liderança e gestão da organização, para assim, servir o cliente da melhor maneira possível.

O sexto trabalho, *Redes de bibliotecas governamentais: um enfoque administrativo sobre o periódico científico jurídico brasileiro e o controle bibliográfico*, de Nilcéia Lage de Medeiros e Talita Ribeiro da Luz, objetiva dar sustentação à tese de essencialidade de incentivos governamentais para as ações conjuntas, cooperativas e interativas que levem ao controle bibliográfico nacional da área jurídica de artigos de periódicos em formatos tradicional e eletrônico. E que todos os profissionais da Ciência da Informação precisam estar em rede e continuamente na vanguarda do conhecimento, pois lidam com a maior riqueza do planeta – as pessoas que, juntas, são responsáveis pela inteligência coletiva e a capacidade inesgotável de gerar conhecimento.

O sétimo trabalho, *Comunicação – acesso aberto e cidadania: projeto portal de periódicos STJ*, de José Ronaldo Vieira, Lúcia Evaristo de Sousa, Maria de Fátima Castro Bayma e Eduardo Magalhães Clemente, apresenta o Portal de Periódicos STJ, descrevendo os objetivos e o papel que esse mecanismo de busca especializado desempenhará no contexto da informação jurídica. Destaca a natureza do acesso livre à informação do Portal e a conseqüente contribuição para o

desempenho da cidadania, em consonância com a missão do Superior Tribunal de Justiça, realçando um valioso serviço ao usuário.

Nesse congresso, podemos ver a importância de estudos na área jurídica, principalmente com relação aos serviços prestados, que deverão ser de qualidade para a devida satisfação do usuário, bem como a ênfase no aspecto tecnológico, como ponto primordial para a disponibilização de informação rápida e precisa ao usuário.

6 CONCLUSÃO

Foi possível considerar no estudo as questões abordadas nos CBBDs e que englobam a formação profissional, processos técnicos, movimento associativo como organização social, a importância das bibliotecas no processo educacional brasileiro, comportamento ético, o intercâmbio entre as bibliotecas, conceitos de informação científica e ciência da informação, o compromisso social das bibliotecas, o enfoque sistêmico, questões de transferência de informações, exercício da cidadania e por fim, as tecnologias de informação e comunicação (TICs).

No que tange à informação jurídica, podemos notar uma preocupação ampla em relação aos serviços prestados na biblioteca jurídica, principalmente aliando tecnologia com disponibilização de serviços informacionais.

A informação é ponto primordial na biblioteca, aliada a um bom atendimento e eficiência na prestação de serviços à comunidade jurídica.

Podemos então afirmar que a biblioteca jurídica é tema atual nas comunicações realizadas nos encontros dos CBBDs, pois como o conhecimento é algo renovável, a informação também tem que ser atualizada, para satisfazer à demanda.

Recomenda-se que novos estudos sejam desenvolvidos na área de informação jurídica, buscando a visão do usuário quanto aos serviços e produtos prestados pelas bibliotecas especializadas nessa temática.

REFERÊNCIAS

ASHWORTH, Wilfred. **Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos**. Tradução de Maria Fernanda de Brito. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. 707 p.

ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. 266 p.

BAETA, Maria de Lourdes Arouca; BARCELOS, Maria Elisa Americano do Sul; BUCCINI, Maria Luiza Utsch. Projeto de organização e automação da coleção de obras raras da Biblioteca da Faculdade de Direito UFMG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ARB, 2000.

BARROS, Maria Helena Toledo Costa de. **Disseminação da informação**. Marília: [s. n.], 2003. 108 p.

BEFFA, Maria Lucia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Da biblioteca das arcadas ao SBD online: o impacto da demanda de usuários por email numa biblioteca jurídica tradicional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: FEBAB, 2002.

BOTTENTUIT, Aldinar Martins. As novas formas de mediação disponíveis pelos sites dos Tribunais de Justiça Estaduais: produtos e serviços de informação jurídica em rede: estudo de caso do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: FEBAB, 2002.

BOTTENTUIT, Aldinar Martins. Mediação, acessibilidade e uso da informação: entre os mecanismos mediadores e a mediação humana nos sites do Poder Judiciário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 22., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: FEBAB, 2007.

COSTA, Rosemeire de Fátima Ferreira Pinheiro. Uso de meios eletrônicos em bibliotecas jurídicas: comparação entre bibliotecas acadêmicas e comerciais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ARB, 2000.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

FERREIRA, Regina de Marco. Caracterização das fontes documentais utilizadas pelos autores dos periódicos oficiais, publicados na 4ª Região da Justiça do Trabalho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: FEBAB, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Jesiel Ferreira; SOUSA, Kleber Trajano. *Endomarketing*: um diferencial na postura administrativa na Biblioteca Osias Nacre do Tribunal de Justiça da Paraíba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 22., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: FEBAB, 2007.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Formas da informação jurídica: uma contribuição para sua abordagem temática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 41-54, jan./jun. 1993.

KRETZER, Flávio. Projeto REDIJT: rede de documentação e informação da Justiça do Trabalho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 22., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: FEBAB, 2007.

LIMA, João Alberto de Oliveira. A importância dos relacionamentos entre unidades de informação no tratamento da informação jurídica. **Alfabetização digital e acesso ao conhecimento**. Brasília, DF, v. 4, p. 177-197, 2006.

LOUREIRO, Regina Célia Campagnoli. **A especialidade do bibliotecário jurídico**: bases para uma interação com o usuário operador do direito. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/loureiro-especialidade.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2008.

OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de. **Informação jurídica**: o desafio do atendimento na era virtual. Brasília, DF, Infolegis, 2006. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/adriana-carla.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2008.

MACHADO, Maria Teresa Ferlini. Relacionamento biblioteca/usuário: fator relevante no processo de disseminação da informação jurídica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ARB, 2000.

MARQUES JUNIOR, Alaôr Messias, PIMENTA, Ana Lúcia Neves; FARIA, Rinaldo de Moura. A informação jurídica como instrumento para o exercício da cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ARB, 2000.

MARQUES JÚNIOR, Alaôr Messias. Fontes de informação jurídico-legislativas. **Perspectivas em Ciências da Informação**. Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 163-174, jul./dez. 1997.

MARTINS, Gracy; PONCE, Cláudia Amorim. Biblioteca do Magistrado Escritor: justiça, estudo e memória: um relato de experiência. SALES, Maria Creuza de. Avaliação da utilização dos periódicos em Direito editados em cd-rom e impressos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 22., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: FEBAB, 2007.

MEDEIROS, Nilcéia Lage de; LUZ, Talita Ribeiro da. Redes de bibliotecas governamentais: um enfoque administrativo sobre o periódico científico jurídico brasileiro e o controle bibliográfico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 22., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: FEBAB, 2007.

PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. 237 p.

_____. **Bibliotecário jurídico**: seu perfil, seu papel. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/perfilbibjuridico.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2008.

_____. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994.

_____. **O futuro da biblioteca jurídica**. Brasília, DF: Infolegis, 2005. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/futuro-biblioteca-juridica.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2008.

_____. **Pesquisa jurídica no Brasil**. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/Guiaprt.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2008.

PEREIRA, Mariland Pires. Biblioteca como recurso estratégico no escritório de advocacia. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 19-37, jul./dez. 2006.

REZENDE, Ana Paula de. Centro de informação jurídica eletrônico e virtual. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 51-60, jan./abr. 2000.

REZENDE, Ana Paula de. **Utilizando a Internet em pesquisas jurídicas**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1761>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

SALES, Maria Creuza de. Avaliação da utilização dos periódicos em Direito editados em cd-rom e impressos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 21., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Curitiba: FEBAB, 2005.

SANTOS, Cristian José Oliveira. O portal de legislação do Poder Judiciário Brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 21., 2005, Curitiba. **Anais...** Curitiba: FEBAB, 2005.

SARMENTO, Adriana Godoy da Silveira; ROSA, Alpina Gonzaga de Marco Ferreira. Informação jurídica: valor agregado. O quê? Por quem? E para quem? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ARB, 2000.

SENADO FEDERAL. Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/default.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

SILVA, Andréa Fontoura da. Análise patológica como outra fase do Benchmarking: aplicação na área jurídica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ARB, 2000.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa de. **Bibliotecários especialistas**: guia de especialidade e recursos informacionais. Brasília, DF: Thesaurus, 2005. 264 p.

VIEIRA, Jose Ronaldo, et al. Comunicação acesso aberto e cidadania: projeto portal de periódicos STJ. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 22., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: FEBAB, 2007.

VIEIRA, José Ronaldo; MELO, Najla Bastos de. O serviço de disseminação seletiva da informação (DSI) no Superior Tribunal de Justiça. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 22., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: FEBAB, 2007.

GLOSSÁRIO

Acórdão: peça escrita que contém o julgamento proferido por tribunal, nos feitos de sua competência originária ou recursal.

Agravo: recurso contra decisão interlocutória, dirigido, na forma por instrumento, diretamente ao tribunal competente, mediante petição instruída com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados de ambas as partes.

Apelação: recurso contra a sentença proferida em primeiro grau, que extingue o processo com ou sem julgamento do mérito, a fim de submeter ao grau superior o reexame de todas as questões suscitadas na causa e nos limites do próprio recurso.

Ato normativo: instrumento de natureza legal, editado pelo Poder Executivo para regulamentar ou explicitar uma lei, decreto, portaria, regulamento, regimento, etc.

Circular: mensagem de texto único encaminhada a diversas pessoas.

Constituição Federal: preceitos jurídicos referentes à estrutura que os Estados adotaram com relação ao poder; lei fundamental do Estado. A Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 5 de outubro de 1988.

Decisão judicial: todo e qualquer despacho proferido por um juiz ou tribunal, em qualquer processo ou ato submetido à sua apreciação e veredito.

Decreto: ato administrativo editado pelo Presidente da República e referendado por ministro de Estado, para o fim de regulamentar uma lei ou prover disposição dela emanada.

Decreto-Lei: instrumento normativo de gradação idêntica à lei ordinária, dessa diferente em que não tinha elaboração e apreciação no âmbito do Poder Legislativo

e sim do Poder Executivo, *ad referendum* daquele, todavia adquirindo convalidação certa se não referendado em determinado prazo.

Embargo: recurso admissível, para o Pleno, contra as decisões do TST sobre os dissídios coletivos que excedem a competência jurisdicional dos Tribunais Regionais; a homologação dos acordos da espécie; e as decisões das Turmas contrárias a lei federal ou divergentes entre si.

Emenda Constitucional: ato integrante do processo legislativo, promovido por proposta discutida e votada separadamente em cada Casa do Congresso Nacional, em 2 turnos, considerando-se aprovado o acréscimo, modificação ou abolição do dispositivo constitucional em causa se obtiver, em ambas, 3/5 dos votos dos respectivos membros.

Lei Complementar: espécie de lei ordinária, valendo mais que essa e menos que a Constituição, destinada a completar dispositivos não executórios dessa última.

Parecer: opinião manifestada por juriconsulto em torno de questão jurídica sobre que há dúvida da parte de quem formula a consulta, e que poderá ou não ser aceita pelo consulente.

Portaria: ato normativo de autoridade pública, geralmente ministro de Estado, destinado a reduzir ao mínimo a abstração do decreto a que se prende.

Recurso administrativo: remédio de correção de ato na esfera administrativa, manifestado à autoridade de superior hierarquia. Não tendo efeito suspensivo ou sendo dependente de caução ou fiança, enseja, de pronto, o mandado de segurança.

Recurso de revista: recurso subsistente na esfera da Justiça do Trabalho, cabível nas hipóteses de violação direta da Constituição Federal e de contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme de TST.

Recurso extraordinário: recurso interposto contra acórdão, ao STF, desde que ocorra um dos pressupostos constitucionais, visando basicamente à preservação da Constituição e das leis federais, se houver ofensa na decisão recorrida.

Regulamento: modo e forma de execução dos princípios gerais estabelecidos pelas leis, cujo respeito há de ser preservado, não podendo contrariá-la.

Resolução: deliberação, solução; extinção de um direito real ou obrigacional.

FONTE: SIDON, J. M. Othon (Org.). **Dicionário jurídico:** Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

ANEXO A – Mapeamento da produção intelectual brasileira sobre informação jurídica

Edilenice Passos
Lista atualizada em 14/11/06

2006

FULLIN, Camila Barleta. Perspectivas futuras para a demanda de profissionais da informação e a organização da informação jurídica nos escritórios de advocacia de Campinas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 3, n. 2, 2006. Disponível em < <http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/>>.

GONÇALVES, Marcos Rogério. Análise ambiental: uma visão da biblioteca jurídica inserta no seu espaço. In: INTEGRAR – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus. 2., 2006, São Paulo,. **Anais...**, São Paulo: [s.n.], 2006.

JORGE, Cátia Martins. Gestão da Informação e GED na área jurídica. In: INTEGRAR – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus. 2., 2006, São Paulo,. **Anais...**, São Paulo: [s.n.], 2006.

LIMA, João Alberto de Oliveira. A importância dos relacionamentos entre unidades de informação no tratamento da informação jurídica. In: MIRANDA, Antônio; SIMEÃO, Elmira. **Alfabetização digital e acesso ao conhecimento**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Departamento da Ciência da Informação e Documentação, 2006. 257 p. p.177-197.

MIRANDA, Roseli. Arquivos Jurídicos como unidades de informação: uma questão de marketing? In: INTEGRAR – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus. 2., 2006, São Paulo,. **Anais...**, São Paulo: [s.n.], 2006.

OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de. Informação jurídica: o desafio do atendimento na era virtual. In: SEMINÁRIO DE INFORMAÇÃO JURÍDICA, 2., 2006, Recife. **Anais...** Recife: [s.n.], 2006.

PASSOS, Edilenice. O bibliotecário jurídico face o universo da informação jurídica. In: SEMINÁRIO DE INFORMAÇÃO JURÍDICA, 2., 2006, Recife. **Anais...** Recife: [s.n.], 2006.

PEREIRA, Mariland Pires. Biblioteca como recurso estratégico no escritório de advocacia. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 19-37, jul./dez. 2006

SOUZA, Cristiane Ferreira de. **Vocabulário controlado em direito do trabalho: o caso da base de dados "REV"**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006. 108 f. (Monografia – grau de especialista).

2005

LOUREIRO, Regina Célia Campagnoli . **A especialidade do bibliotecário jurídico: bases para uma interação com o usuário operador do direito**. Disponível em <<http://www.infolegis.com.br/loureiro-especialidade.htm>>.

LOPES, Adriano; VILLA, Claudia Regina. A Gestão da Qualidade como facilitadora da Gestão da Informação e do Conhecimento em ambiente jurídico. In: SEMINÁRIO IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11., Salvador, 2005. Disponível em:<http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/ARTIGOS2005/Ebook%202006_artigo%2082.pdf>

SOUZA, Katyusha Madureira L. de. **Biblioteca Jurídica Virtual do Conselho de Justiça Federal: um estudo de caso**. Brasília, DF: UnB, 2005.

2004

ANDRETA, Cássio Adriano. Legislação como assunto: uma proposta de extensão para a Classificação Decimal de Direito. In: **Informação Jurídica: teoria e prática**. Brasília, DF: *Thesaurus*, 2004. 237 p. p. 79-124.

BARROS, Lucivaldo. Fontes de Informação jurídica. In: **Informação Jurídica: teoria e prática**. Brasília,DF: *Thesaurus*, 2004. 237 p. p. 201- 225.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Elaboração de ementas de atos legislativos: elementos de análise documentária como subsídio teórico à técnica legislativa. In: **Informação Jurídica: teoria e prática**. Brasília, DF: *Thesaurus*, 2004. 237 p. p. 9-32.

_____. **Elaboração de ementas jurisprudenciais: elementos teórico-metodológicos**. Brasília, DF: Conselho de Justiça Federal, 2004. 153 p.

INFORMAÇÃO jurídica: teoria e prática. Brasília, DF : *Thesaurus*, 2004. 237 p.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: **Informação Jurídica**: teoria e prática. Brasília, DF: *Thesaurus*, 2004. 237 p. p. 137-152.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do; GUIMARÃES, José Augusto Chaves de. Documento jurídico digital: a ótica da diplomática. In: **Informação Jurídica**: teoria e prática. Brasília, DF: *Thesaurus*, 2004. 237 p. p. 33-77.

PASSOS, Edilenice. Lista de discussão Infolegis: Bibliotecários Jurídicos Reunidos: estudo de caso. In: ENCONTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA DO RIO DE JANEIRO, 4., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, [s.n.], 2004.

PEREIRA, Andresa Assis de Carvalho. Representação documentária de informação legislativa. In: **Informação Jurídica**: teoria e prática. Brasília, DF: *Thesaurus*, 2004. 237 p. p. 153-172.

REZENDE, Ana Paula de. Pesquisa jurídica em fontes eletrônicas. In: **Informação Jurídica**: teoria e prática. Brasília, DF: *Thesaurus*, 2004. 237 p. p. 173-188.

SALES, Maria Creuza de. Avaliação da utilização dos periódicos em direito editados em cd-rom e impressos. (Especialização em Tecnologias da Informação e Comunicação para o Gerenciamento da Informação da Universidade Federal do Ceará), Fortaleza, 2004.

SILVA, Neusa Cardim da; DIB, Simone Faury. Informação certa no tempo certo: Avaliação do serviço de pesquisa na Biblioteca de Direito da UERJ. In: **Informação Jurídica**: teoria e prática. Brasília, DF: *Thesaurus*, 2004. 237 p. p. 125-135.

2003

BEZERRA, Fernanda Maria Costa. **A atuação do bibliotecário na equipe de construção e manutenção de websites de bibliotecas jurídicas de Brasília**. Brasília, DF: UnB, 2003. Monografia (Graduação).

MALARDO, Juliana Ruy. **A publicação de leis**: o caso do novo Código Civil, do Diário oficial aos livros e cartilhas. São Paulo: USP, 2003. Monografia (Conclusão do curso de Comunicação Social).

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A qualidade enquanto instrumento na política de desenvolvimento de coleções jurídicas. In: CIBERÉTICA: Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética, 2., 2003, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 2003. Disponível em <<http://www.ciberetica.org.br/trabalhos/anais/7-13-e1-13.pdf>>.

REICHERT, Inácio. **Avaliando o curso de pesquisa jurídica na Internet, da Unisul, com o apoio do Ijuris, como instância de ensino corporativo à distância.** Florianópolis: Unisul, 2003. (Mestrado)

2002

ANDRADE, Maria Eugênia Albino; MACHADO, Euvânia Luzia Gusmão; RODRIGUES, Kátia Martins Gomes; Silva, Marina Cajaíba da; SANTOS, Renata Ferreira dos; PINTO, Vanessa Cristina Moreira. Biblioteca universitária no meio digital : análise das bibliotecas dos cursos de Direito em Minas Gerais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., Recife, 2002, **Anais...** Recife: [s.n.], 2002.

CARVALHO, Dóris Queiroz de. **Classificação decimal de Direito.** 4. ed. rev. atual. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/cddir/cddir.nsf>>.

HOLANDA, Mirian Elizabeth Albuquerque de. **Classificação de Direito.** 3. ed. Fortaleza: Indexar, 2002. 76 p.

LEVACOV, Marília; VANTI, Nádia; ZANCAN, Júlio César; MENDES, Maria Lizete Gomes. O Tesouro Eletrônico do Mundo do Trabalho: produto de um esforço interdisciplinar. **Data Gama:** Revista de Ciência da Informação, v. 3, n. 4 ago. 2002.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do. A dimensão diplomática do documento jurídico digital. 2002. 180f. Dissertação (Mestrado em Ciência a Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista, 2002. Orientador: José Augusto Chaves Guimarães.

PASSOS, Edilenice. Fontes de informação em Direito Eleitoral. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/fonte-direitoeleitoral.htm>>.

SILVA, Neusa Cardim. Estudo da produção acadêmica dos alunos da pós-graduação da Faculdade de Direito da UERJ: dissertações e teses, 1994-2001. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002. Recife. **Anais...** Recife: [s.n.], 2002.

SOUZA, Katyusha Madureira Loures de. **Funções desempenhadas pelos sites de bibliotecas jurídicas governamentais brasileiras**. Projeto do PIBIC/CNPQ. Brasília, DF: UnB, CID, 2002-2003.

2001

ASSUMPÇÃO, Rodrigo Tôres. Recuperação de jurisprudências baseada em um tesouro. In: SEMANA DE PÓS-GRADUAÇÃO, 4., 2000, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.dcc.ufmg.br/pos/html/spg2000/anais/rota/rota.htm>> Acesso em: 01 maio 2001.

CAETANO, Tatiane da Conceição. Participação do bibliotecário na construção de informação de bibliotecas jurídicas na Internet. Brasília, DF: UnB, 2001. 47 f. Monografia (Graduação).

COSTA, Rosemeire de Fátima Ferreira Pinheiro. Uso de meios eletrônicos em bibliotecas jurídicas : comparação entre bibliotecas acadêmicas e comerciais. In: ENCONTRO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 7., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: [s.n.], 2001.

PASSOS, Edilenice. **Doing legal research in Brazil**. Disponível em: <<http://www.llrx.com/features/brazil.htm>>.

_____. **Doing legal research in Brazil**. Netherlands: BWP, 2001. 119 p.

REZENDE, Ana Paula. Referência bibliográfica jurídica. **Revista de Direito Municipal**, [S.l.], v. 5, p. 31-??, jan./jun. 2001.

2000

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Condensação documentária em legislação e jurisprudência: subsídios teórico-metodológicos para a elaboração de ementas. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, 2000. Tese (Livre-docência em Análise Documentária).

MACHADO, Maria Teresa Ferlini. Biblioteca e usuário – uma relação complexa: olhar crítico sobre a Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2000. Dissertação (Mestrado). 194 p.

POZO, Grazieli de Andrade. Avaliação dos autores mais citados da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da quarta região no período de 1987 a 1999. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Monografia (Graduação).